

FAMÍLIA, TRADIÇÃO E PODER NA MODERNIDADE BRASILEIRA: O CASO DAS FAMÍLIAS MENDONÇA E MOURA, NA CIDADE DE BELO JARDIM - PE

José Adilson Filho

RESUMO

Este texto apresenta uma reflexão histórica e sociológica sobre as contradições e ambiguidades da cultura política brasileira, focalizando a influência política e socioeconômica de algumas famílias tradicionais nordestinas na história recente do Brasil. De modo mais específico, analisamos o caso das famílias Mendonça e Moura, na cidade de Belo Jardim, Pernambuco. Os dados indicam que elas utilizam estratégias tradicionais de manutenção e/ou consolidação do poder político, em uma época cujas características mais fortes e visíveis são as mudanças e transformações aceleradas vivenciadas, simultaneamente, em escala global e local.

Palavras-chave: Famílias; Poder político; Tradição; Modernidade brasileira

FAMILY, TRADITION AND POWER IN BRAZILIAN MODERNITY: THE CASE OF MENDONÇA E MOURA FAMILIES IN THE CITY OF BELO JARDIM - PE

ABSTRACT

This text presents a historic and sociologic reflection on contradictions and ambiguities of the Brazilian political culture from the traditional northeastern families in Brazil's recent history. Specifically we analyze the case of Mendonça and Moura families, in the city of Belo Jardim - Pernambuco State. The data point out that they have been used traditional strategies in order to maintain and consolidating politic power in an epoch whose strongest and more visible features are the fast changes and transformations, which are experienced both in global and local scales.

Key words: Families; Political Power; Tradition; Brazilian Modernity

INTRODUÇÃO

A reflexão histórica sobre o poder local, principalmente aquela focada no Tempo Presente, tende, não obstante, a se tornar mais vulnerável às altas pressões advindas do calor dos acontecimentos. É, pois, sob tal efeito que grande parte das pesquisas sobre a política local, na sua fase mais contemporânea tem sido produzida. Analisar este tipo de poder é sempre problemático, pois mesmo quando nos encontramos relativamente distante dele sentimos o peso da sua gravidade. Agora imaginemos o pesquisador mergulhado no tempo e no espaço do objeto que pretende investigar, o que poderíamos inferir dessa relação? É possível afirmar que devido a proximidade e aos contatos de primeiro grau entre os atores (pesquisadores, políticos, cidadãos, etc.) a leitura da trama política venha a se constituir bem mais visceral do que quaisquer outras, por adentrar-se de forma aparentemente mais intensa e duradoura no âmago das pessoas. Eis aí uma questão importante para aqueles que procuram pesquisar realidades com as quais se encontram umbilicalmente ligados. Os vínculos afetivos e político-partidários fazem-nos transcender da condição de “distantes” observadores a protagonista da trama. E vice-versa, já que os caminhos que levam ao conhecimento da política local são clivados por posições, oposições e misturas.

A análise do poder local, feita sob a perspectiva do Tempo Presente, tempo esse encruzilhado entre a experiência do autor, a observação dos fatos e a sua narrativa¹ – interpela-nos

a refletir tanto sobre a operação historiográfica como sobre a necessidade de novas leituras das relações de poder, plasmadas entre as elites e os demais atores, a despeito desta trama ser tecida numa grande, média ou micro realidade social.

A hegemonia política das elites (aqui me refiro as de origem ou perfil tradicionais) e a sua legitimidade em diversos municípios brasileiros é o foco de nosso principal interesse neste texto. Essa hegemonia foi e continua sendo interpretada por uma plêiade de jornalistas, cientistas políticos, sociólogos e historiadores de forma ainda bastante convencional e, muitas vezes recheada de preconceitos, produzindo, com efeito, uma retração do nosso campo visual para enxergar outros problemas e possibilidades.

A complexidade e a diversidade presente nas formas e conteúdos do social e da política são reduzidas muitas vezes a interpretações polarizadas por dicotomias do tipo: modernidade versus tradição, rural versus urbano, natureza versus cultura, progresso versus atraso, coronelismo versus democracia, como se essas coisas fossem vivenciadas na realidade brasileira somente a base de antagonismos irreconciliáveis.

Sabemos da importância dos dualismos nas interpretações das realidades históricas e também do próprio fazer das ciências humanas, à medida que nos ajudam a classificar, separar e distinguir seres, objetos, ideias e valores. Todavia, a vida social é mais dinâmica e tende a embaralhar as cartas do jogo, rompendo com as fronteiras do *in* e do *out*, justapondo-as e misturando-as. Ao sofrer tal ação as oposições biná-

1. A problemática relação da análise histórica de um tempo, cuja experiência do autor se entrecruza com objeto de estudo tem se constituído um campo historiográfico bastante inovador, sobretudo a partir dos trabalhos desenvolvidos por historiadores franceses, ligados ao Instituto de História do Tempo Presente. Sobre isso, vide CHAVEAU, J., TÉTART, Phillipe. Questões para o presente. Bauru: Edusc, 2000.

rias transfiguram-se em ambiguidades e ambivalências, passando a colocar em dúvida e suspeição a vitalidade epistemológica e metodológica de certos paradigmas interpretativos. Porque numa realidade *mutatis mutandis* torna-se imprescindível rever teorias e ampliar a imaginação para pensar as coisas de maneira diferente, mesmo que ainda nela estejam fortemente enraizadas velhas práticas do passado.

Pensar a longevidade no poder de algumas famílias ou personagens ditos tradicionais, a luz do Tempo Presente - seja nos pequenos, médios ou grandes municípios do Brasil -, demanda de cada um de nós maior disposição para ler tal realidade sob a lógica do contrassenso, principalmente da política na sua dimensão local e contemporânea (interiorana e nordestina, por exemplo). Romper com certos lugares-comuns, significa tentar apreendê-la como algo que é simultaneamente complexa, diversa, descontínua, contraditória e ambivalente.

1. AMBIVALÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

Desde cedo nos ensinaram a estudar a modernidade como um projeto de ruptura com a tradição. Nestes termos, ambos seriam assimiladas não apenas como experiências distintas, mas, sobretudo, antagonicas. A tradição seria o corolário do antigo, do arcaico, das permanências, ao passo que o moderno se caracterizaria pela pulsação do novo e da novidade, articuladas ao desejo de velocidade, mudança, pro-

gresso, cientificidade e racionalidade. A vida na modernidade corresponderia a um estágio superior da condição humana. Foi sob essa ótica que filósofos iluministas, revolucionários liberais, socialistas e marxistas forjaram suas utopias e lutas. Eles criam, fielmente, que “não se podia fazer vinhos novos em odres velhos”. Toda uma geração de poetas, escritores, artistas, políticos, engenheiros e pensadores da Europa e de outras partes do mundo radicalizaram a ideia de que somente sob os escombros da velha ordem é que seria possível erigir-se uma nova e fulgurante sociedade². Daí a revolução e a guerra constituírem-se nos métodos mais privilegiados para a emergência da civilização moderna.

Esta imagem da modernidade fora construída entre os séculos 18 e 19, a partir da combinação das ideias iluministas com as revoluções burguesas, a revolução industrial e as lutas dos movimentos sociais, sob a liderança de anarquistas, socialistas e comunistas. Entre todos eles vicejava o sentimento e o desejo de destruição e criação, uma crença inabalável de que “tudo que era sólido se desmanchava no ar”, como metaforizou Marx no Manifesto Comunista, em 1848.

Contudo, devemos diferenciar o projeto original da modernidade do seu processo de ocidentalização³. A ocidentalização da modernidade, isto é, a sua aventura pelo mundo em paisagens como a América Latina e, particularmente, o Brasil, dera-se sobre formações sociais variadas e profundamente complexas. Ao viajar pelos oceanos atlântico, pacífico e índico,

2 Sobre este espírito destruidor que caracterizou o pensamento e as práticas modernas, Ver Condição Pós-moderna de HARVEY, David. Ver também Tudo que é sólido se desmancha no ar de. BERMAN, Marshal e o Manifesto do Partido Comunista de MARX, Karl, entre outros sagazes intérpretes dos sentidos da modernidade.

3 Sobre o processo de ocidentalização da modernidade, suas diferenças e continuidades, vide o texto de EINSENSTADT, N.S. Modernidades Múltiplas. In. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS. Nº 35, 2001, pp. 139-140.

a modernidade não foi simplesmente impondo seus valores e avatares, ao contrário, no contato com o Outro experimentou tensões, lutas e negociações, o que significa dizer que fora forçada a dialogar e, não obstante, a mesclar-se com projetos e tradições locais. Seus ventos no Brasil não produziram ciclones e tufões iguais aos ocorridos nas paisagens do centro e do norte do continente europeu.

Na “Terra de Santa Cruz”, a modernidade teve que coabitar com imaginários, crenças e práticas que antes associava à selvageria e à barbárie... Na verdade, ela chega-nos de forma invertida, pois para se adentrar no nosso território tivera que ocultar do seu *menu* justamente a sua parte mais radical, democrática e popular. De-la absorvemos e incorporamos vividamente seus aspectos políticos mais retrógrados, filtrados pela reação implacável de papas, czares e reis absolutistas às rupturas e princípios democráticos da Revolução Francesa e da chamada Primavera dos Povos, arquitetados pelo Congresso de Viena e a Santa Aliança. No Brasil, conforme assinala Carlos Guilherme Mota, tais reacionarismos contaram desde logo cedo com a firme adesão do imperador Pedro I e das elites dominantes⁴.

O projeto que venceu no Brasil fora o projeto conservador e reacionário, que nos permitiu conviver lado a lado com uma monarquia regida por um príncipe português, a escravidão, o patriarcalismo e o catolicismo como a religião legitimadora do poder e das estruturas socioeconômicas. Como vimos, as elites do império souberam apropriar-se dos ideais liberais adequando-as a estruturas obsoletas e seculares. O Brasil tornar-se-ia a última nação do

ocidente a abolir oficialmente a escravidão. Enquanto sistema político e modo de produção, nós éramos de fato o Outro das Américas. Isso tudo foi o resultado dos esforços das nossas elites para que o novo não submergir-se completamente ao velho. Até mesmo alguns liberais críticos como o jornalista Evaristo da Veiga *apud* Carlos Guilherme Mota (1999) queriam mudanças, sem rupturas traumáticas: “Nada de jacobinismo de qualquer cor que seja. Nada de excessos. A linha está traçada – é a constituição. Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberais [...]. Assim, Deus e o Diabo na Terra do Sol podiam conviver juntos e, ao mesmo tempo separados.

Na formação e consolidação do império e da república venceriam as forças mais retrógradas, Mas tais vitórias, não obstante, ancoraram-se no uso frequente da violência privada e estatal e de ressignificações da tradição e apropriações seletivas e pragmáticas do moderno. A visão de modernidade era, porém, estrategicamente míope, pois segundo assevera José Murilo de Carvalho (1997, p.113).

Na época de que nos ocupamos, modernos, modernidade, modernização significava muita coisa: a estrada de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramofone, o cinema, o automóvel, o avião [...] Todos os elementos mencionados podiam ser parte do conceito de moderno, mas a maneira pela qual se combinavam é que vai dar o sentido de modernidade, seu maior ou menor grau de rompimento coma tradição. Começando pelo aspecto político ela não contemplava a ideia de igualdade e de democracia [...].

4 Sobre a vitória do projeto conservador na construção do Estado brasileiro, ver o texto *Ideias de Brasil : Formação e Problemas (1817-1850)* de Carlos Guilherme Mota. In. *Viagem Incompleta*. Vol 1. São Paulo: Editora Senac, 1999.

As teses da cidadania, democracia e participação popular que deveriam compor a modernidade eram as tematizadas apenas pelos movimentos sociais e alguns intelectuais anarquistas, socialistas e democráticos. Para as elites da República Velha, a igualdade jurídica pretendida pela maioria seria substituída pela verticalização política, jurídica e social.

A hegemonia política no Império e na República foi favorecida também graças à fraca organização e luta dos movimentos sociais, somada logicamente a violência e ao medo derivado da ação de coronéis, fazendeiros, empresários, magistrados, promotores, delegados, policiais. Enquanto que a classe média, composta por jornalistas, médicos, engenheiros e intelectuais coube à tarefa de produzir, divulgar e legitimar teses de cunho racistas e autoritárias, fundamentais para a verticalização do poder e da manutenção das desigualdades sociais.

A república brasileira de fato ainda não se republicanizou, pois os segmentos mais reacionários continuam suficientemente sólidos para conter as tendências propulsoras das mudanças históricas. E isto tem sido duramente percebido pelos setores ditos progressistas, que no seu afã para conquistar uma hegemonia política, terminam sucumbindo a alianças excessivamente frouxas e pragmáticas. Após o fim da

Ditadura Militar e, mais, especificamente a partir da Nova República, as mídias do país passaram a produzir, quase que ininterruptamente, manchetes e reportagens sobre escândalos envolvendo as esferas do executivo, do legislativo e do judiciário com agentes do mercado⁵.

Misturar os opostos do espectro político constitui prática comum na história mais recente do Brasil. Lembremos que no final da década de 1940, sob a batuta do quererismo⁶, o líder comunista Luís Carlos Prestes encontrou uma estratégia para combater o imperialismo e o “entreguismo” das elites conservadoras, aliando-se a Getúlio Vargas, o mesmo que lhe retirou a liberdade por dez anos e entregou sua esposa, Olga Benário, aos nazistas para ser morta num campo de concentração. E o que dizemos do outrora “príncipe da sociologia brasileira” Fernando Henrique Cardoso, que junto a figuras como Mário Covas, José Serra, Franco Montoro fundaram o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), sob a alegação de que o PMDB estava demasiadamente promiscuído pela volúpia do poder. Todavia, em 1994, as lideranças deste partido, pretensamente ético, fizeram uma ampla aliança que juntava desde o carcomido PMDB às “retrógradas” oligarquias das regiões norte e nordeste, filiados ao PFL, cuja origem vem da ARENA e do PDS, parti-

5 Denúncias sobre corrupção e formação de quadrilha, comissões parlamentar de inquérito (CPIS), Ações Penais, envolvendo parlamentares, governantes, empresários e setores da mídia deixam perplexos a sociedade brasileira. No governo de Fernando Henrique Cardoso, tivemos os escândalos relacionados a compra de parlamentares para garantir a Reeleição presidencial, a privatização das empresas estatais, a chamada Pasta Cor de Rosa, o Caso Cacciola, o Projeto Sivam, o Mensalão Tucano e nos governos Lula e Dilma, o Mensalão do PT, a CPI dos Correios, denúncias e investigação contra funcionários de alto escalão do governo e de ministros do PT e da base aliada. E parte da própria imprensa mostraria vínculos espúrios, como podemos ver nas relações do repórter Policarpo Jr da Revista Veja com a rede criminosa do empresário Carlinhos Cachoeira. Além disso, o próprio procurador da República, Roberto Gurgel, responsável pela formulação da denúncia da Ação 470, apelidada de Mensalão, foi acusado de prevaricação pelo senador Fernando Collor de Mello, por ter feito “corpo mole” em relação às investigações da Operação Vegas da polícia federal sobre ações supostamente criminosas praticadas pelo empresário Daniel Dantas.

6 O Queremismo foi o movimento que desejou a volta de Getúlio Vargas à presidência da República no Brasil, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

dos que deram sustentação a Ditadura Militar. Sob o argumento de que o Brasil precisaria se modernizar e entrar com força na globalização, diversos intelectuais “uspianos”, empresários e políticos do ninho tucano e do moderno “Sul Maravilha” se amalgamaram com antigos “chefes políticos” das regiões Norte/Nordeste, a exemplo de Antonio Carlos Magalhães (apelidado de ACM, “Toninho Malvadeza”), José Sarney, Jáder Barbalho, Renan Calheiros, Marco Maciel, entre outros.

O PT e os governos de Lula e de Dilma são o outro exemplo dos limites da nossa modernidade política: a de que não é possível se fazer mudanças econômicas e sociais significativas via jogo institucional, sem o conluio com representantes da velha ordem. Romper totalmente com ela implicaria em assumir cada vez mais formas radicais e revolucionárias de se fazer política. O problema, como sabemos, é que a grande maioria do povo tem aderido maciçamente à democracia parlamentar e representativa e as mudanças moderadas em contraposição as propostas radicais ou as formas mais diretas e participativas de exercício do poder⁷. Deriva daí uma fragilização do discurso ideológico e da politização das massas e das classes médias em nome de um pragmatismo eleitoral e de poder, cuja lógica tem juntado os diferentes como o PT, PSB, PC do B e PDT aos teoricamente contrários, tais como o PMDB, PP, PR, PTB, PSD. No teatro da política brasileira, veem-se as polaridades do espectro convergirem para o centro, pois partidos de orientação

pretensamente progressistas atraem forças historicamente hostis às mudanças sociais de ampla envergadura.

São indiscutíveis os avanços sociais e os ganhos de cidadania efetuados nos governos Lula/Dilma, mas também se pode dizer que ambos tornaram-se reféns do apoio de personagens incongruentes com o que antes defendia a ideologia e programa de governo do PT. O PT, paradoxalmente, avançou no governo com a ajuda de políticos como José Sarney, a quem apoiou na sua reeleição à presidência do Senado e a quem defendeu contra denúncia de corrupção na mesma instituição, sem falar em Collor, Renan Calheiros e, mais recentemente Paulo Maluf. O malufismo se constituiu em São Paulo como a dissonância absoluta do PT. Maluf era a tese e Lula a sua antítese. No entanto, a vontade de manutenção de uma hegemonia política em São Paulo e no Brasil, levaram Lula e Maluf a produzir uma nova síntese na política brasileira.

As sentinelas do tradicionalismo político aprenderam a jogar o jogo das performances, operando as contradições e as ambivalências com mais naturalidade e menos remorso do que as esquerdas. Para sobreviver às novas linguagens e subjetividades contemporâneas, tornaram-se, portanto, mais dramaturgicos. Combinar velhos e novos dispositivos tem sido prática comum aos mais ousados representantes dos grupos de poder tradicionais. Para eles não basta somente representar é preciso fazer acreditar.

7 Podemos observar isso nas atitudes ambíguas dos eleitores que votam em candidaturas majoritárias de esquerda em nível presidencial e em deputados de direita, filiados a partidos como o DEM e o PP. O próprio eleitor encontra uma forma de conciliar suas paixões locais, intestinais, conservadoras com algo que sinalize uma mudança maior. Vale frisar que este mesmo povo também se mostra profundamente insensível a ideologias e a propostas radicais, sejam estas advindas da extrema esquerda ou da extrema direita. Daí estes partidos se caracterizarem pelo inexpressivo desempenho eleitoral e força política junto à sociedade brasileira. Parece-nos que o pragmatismo é a principal característica da nossa “Cultura Política” na sua dimensão mais contemporânea.

Vale apenas perscrutar o *pathos* que leva empresários, trabalhadores, desempregados, funcionários públicos, profissionais liberais, religiosos, estudantes, professores e intelectuais de cidades médias, porém, já modernas e complexas como Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Belo Jardim (PE), Mossoró (RN), Petrolina (PE) a creditarem sua confiança e o governo de suas cidades em indivíduos e famílias que roubam a cena pública há várias décadas? De onde emanam tanta sedução e paixão? São questões difíceis, mas que exigem algumas respostas. Neste momento iremos nos debruçar sobre três famílias proeminentes da vida política e econômica do estado de Pernambuco, mas que tem suas origens e ações mais fortes fincadas na cidade de Belo Jardim, no agreste central, a cerca de 180 km do Recife, a capital do estado.

2. PODER E NEGÓCIOS: DUAS FAMÍLIAS, UM SÓ CORPO

Na história da sociedade brasileira a presença do poder de tipo familiar constitui-se numa marca indelével. Vimos sua força através do poder discricionário dos senhores proprietários de terras e de escravos e dos coronéis da república, mas também na constituição e consagração de juristas, burocratas, empresários, jornalistas, políticos e até em alguns dos intelectuais responsáveis pelas principais interpretações do Brasil.

As famílias ainda exercem influência na nossa história, a despeito de estarmos vivendo sob o prisma de tempos líquidos (Bauman, 2000) ou fraturados (Hobsbawn, 2012). Elas caminham na transversal da história brasileira, obliquamente, nos *entre-lugares*, sejam es-

tes públicos ou privados, sagrados ou profanos, macros ou micros. Apesar das intempéries provocadas pela dinâmica da vida moderna, elas continuam vivas, imponentes e sedutoras. Tal como a Fênix renascem das cinzas. Mas a verdade é que elas nunca foram submetidas a cinzas por nenhuma revolução social ou quaisquer tipos de mudanças radicais. Portanto, em certa medida, podemos afirmar que as famílias continuam influenciando o jogo político nos municípios, estados e até na nação, como vimos com as famílias Sarney e Magalhães. No campo das comunicações, sobretudo, nas mídias televisivas e impressas onde apenas algumas famílias (Marinho, Frias, Mesquita, Civita, Macedo, Sayad, Abravanel) exercendo o monopólio dos principais meios de comunicação do país.

Se tal realidade salta aos olhos em nível nacional, macro, o que dizer então da atuação das famílias mais poderosas em nível micro, municipal, sobretudo, nas cidades interioranas e periféricas do Brasil? A leitura da nossa modernidade passa por essa presença intersticial do poder familiar na vida das pequenas e médias cidades. Iremos discutir como isso se delinea no município de Belo Jardim – PE, localizado no agreste central e contando atualmente com uma população de mais de 70 mil habitantes, sendo há mais de quatro décadas hegemônica política e economicamente pelas famílias Mendonça, Galvão e Moura.

Como afirma Wright Mills (1982) em quase todos os municípios da América sempre existiu ou ainda existem algumas famílias voejando sobre as demais. Estas famílias são as mais influentes, pois são as detentoras dos meios de produção e dos bens simbólicos mais desejados e cultivados pela maioria dos indiví-

duos que constituem as sociedades locais. Seguindo uma velha e eficiente tradição, elas estabelecem alianças políticas e forjam casamentos entre si com vistas à manutenção e a ampliação do capital político, econômico e cultural.

Na cidade do Belo Jardins, ambos assumem, metaforicamente, a condição de seus principais jardineiros, os responsáveis legítimos por cuidar da sua ordem, beleza e progresso. As famílias Mendonça, Moura e Galvão são, em última instância, os definidores da trama política que se desenvolve há quase meio século. Desde 1960 até o presente momento, estiveram ininterruptamente se alternando no poder. E por um curto período (1969-73) foram aliados contra a família Maciel e o grupo liderado pelo deputado estadual Luís de França. Em certa medida sua ascensão e hegemonia política foram favorecidas pelo apoio dado a Ditadura Militar, mas não sucumbiram ao declínio deste regime, já que souberam adaptar-se aos novos arranjos políticos, econômicos e culturais vividos pelo país. Sua personalidade forte e atuante mostra os limites e descontinuidades da “Nova” República brasileira. Uma tradição que precisa se legitimar pela apropriação de algumas mudanças.

Os Mendonça e os Moura se constituem na esfera local como duas famílias que formam um só corpo do ponto de vista da unidade dos interesses políticos e econômicos que os mobilizam. Tal união começa com o casamento de Estefânia Moura, filho de Pedro Moura Jr. e irmã do engenheiro Edson Mororó Moura, proprietário das fábricas de baterias Moura, com o jovem empresário e futuro deputado estadual José Mendonça Bezerra. Deste casamento nasceria simbolicamente uma grande aliança entre

duas famílias que se tornariam fulgentes e emblemáticas não apenas na história de Belo Jardim, mas também no Estado de Pernambuco.

Ambas fortaleceram-se mutuamente com a aliança. Os Moura financiavam as campanhas eleitorais dos Mendonça enquanto estes, através de mecanismos políticos e burocráticos, atraíam investimentos públicos para o Grupo Moura. Todavia, era preciso garantir essa unidade na forma de coesão familiar, da preservação e continuação de um capital simbólico: os sobrenomes e sua significação. Os sobrenomes das famílias tradicionais, segundo Bourdieu (1996, p.137), constituem-se “num dos lugares por excelência de capital simbólico sob diferentes aspectos e a sua transmissão entre as gerações resguarda a sua unidade. Isso se torna bem claro, por exemplo, na transmissão do nome da família, elemento primordial do capital simbólico hereditário”.

Este capital simbólico de que nos fala Pierre Bourdieu é realmente consagrado no nome dos filhos e, principalmente na sua luta para continuar mantendo-o visível e forte, a partir dos dispositivos que dispõem para isso. Na cidade do Belo Jardim, as famílias Moura e Mendonça dispõem de vários meios para manter seus espectros sempre reluzentes e duradouros no imaginário social dos cidadãos.

3. OPERANDO COM A AMBIVALÊNCIA: TRADICIONAIS E MODERNOS, NA MEDIDA DO POSSÍVEL

Os nossos pretensos demiurgos seguindo uma prática discursiva entre as elites brasileiras dão a entender que seu sucesso na políti-

ca e nos negócios advém, sobretudo, do seu talento e vocação individuais. Procuram colocar-se como o super-homem de Nietzsche, isto é, como homens que a partir da sua vontade de potencia conseguiram superar as barreiras impostas pelo lugar, o tempo e a cultura. Mas para além de quaisquer talentos ou determinação, eles tiveram que lançar mãos de vários subterfúgios e estratégias para vir a se tornar as figuras proeminentes da sociedade local. Suas histórias de sucesso, seja nos negócios ou na política, estão associadas ao braço amigo da Ditadura Militar, que apoiaram do início até o fim, e a seu pragmatismo para imergir-se em novas tramas sociais e políticas.

O pragmatismo e a ambivalência estarão presentes nas suas práticas e discursos, enfim, nas suas estratégias de sobrevivência e mesmo de hegemonia. E tais ações se tornaram mais evidentes em momentos de crise, transições de regimes, mudanças mais à esquerda do espectro político, como as que ocorreram no Brasil, desde as Diretas Já (1984), a eleição de Tancredo Neves, no Colégio contra Paulo Maluf, a criação do PFL (Partido da Frente Liberal), oriundo de uma ruptura com o PDS, o inchamento do PMDB com a filiação de representantes das velhas oligarquias do norte e do nordeste e as alianças destas com o PSDB e o PT durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula e Dilma.

Assim, as elites de Belo Jardim interpeladas pelos novos contextos e arranjos políticos, sociais e econômicos do país procuraram renovar suas práticas e estabelecer novos dispositivos e alianças. Era preciso ampliar o capital social para construir interna e externamente conexões e alianças com outros segmen-

tos e instituições. Os Moura e os Mendonça serão, na cidade do Belo Jardim, aqueles atores que irão constituir uma extensa e variada rede de relações pessoais e interpessoais com vistas a voos por paisagens sociais, geograficamente, bem maiores do que aquelas circunscritas ao lugar vivido.

A partir dos anos 1990, os Mendonça vão deixar de ser uma elite de expressão local para se transformar numa oligarquia estadual. Mas esta visada política passava por conexões com áreas que envolviam a cultura, os esportes, o judiciário, organismos estatais, casamentos e alianças até então impensáveis. Ousadia e despudor tornaram-se também marcas dos Mendonça na política.

No campo cultural procuraram fortalecer o *habitus* de classe, mediante uma formação universitária mais jurídica e técnica. Alguns dos seus filhos e filhas serão formados em Administração de empresas e Direito, sendo preparados, portanto, para atenderem simultaneamente os interesses políticos e econômicos do clã, uma vez que durante os anos 1980 e 1990, atuaram como empresários nos setores da pecuária, suinocultura e da avicultura na região do agreste pernambucano. Empresas como a Belasa, Pecasa e Suibesa representaram o braço econômico do clã. Mas parte de seus investimentos foi direcionado ao setor imobiliário como atestam a construção de um hotel e de um condomínio. Sendo que a maior parte dos recursos que financiava tais empreendimentos advinha de organismos estatais como o Finor, a Sudene e o BNDES, ou seja, das conexões e influências que o líder do grupo, o então deputado federal José Mendonça (falecido em 2011) mantinha com figuras de peso na política esta-

dual como Marco Maciel, Moura Cavalcanti, Nilo Coelho ou de militares de alta patente e altos executivos instalados na burocracia federal.

Enquanto que Mendonça Filho (atualmente deputado federal pelo DEM) ampliaria o capital social e cultural do grupo familiar ao se casar, em 1988, com Taciana Vilaça, a filha de Marcus Vinícius Vilaça, ex-ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) e ex-presidente da ABL (Academia Brasileira de Letras). O casamento aconteceria na oficina do artista plástico Francisco Brennand para algumas centenas de convidados e padrinhos; governador, ex-governadores, desembargadores, ministros, prefeitos, deputados, empresários, artistas, enfim, a “nata” da elite pernambucana. Este casamento foi preparado para se tornar um grande acontecimento político e social: a escolha do local, a suntuosidade, a quantidade e o tipo de personagens, sem esquecer da cobertura feita por jornalistas e colunistas dos jornais do Comércio, do Diário de Pernambuco e das emissoras filiadas à Rede Globo, SBT e Bandeirantes ajudou a consagrar a imagem dos Mendonça entre os mais altos estratos da elite pernambucana. Portanto, não fora apenas um casamento de gente importante, mas um rito de passagem para coroa-los simbolicamente entre aqueles que não apenas se veem como os mais ricos e poderosos, mas também como os melhores, os mais refinados e educados da sociedade. Seguindo a mesma lógica, Danilo Mendonça, um dos caculas do clã, reproduzia a mesma suntuosidade e espetacularização do irmão, ao se casar, em 1993, com Aline Correa (ex-deputada pelo Estado de São Paulo), filha do então deputado federal Pedro Corrêa, (atualmente envolvido no escândalo do “Mensalão”). O evento aconteceu

nos jardins do Caxangá Golf Club, teve mais de dois mil convidados, 160 padrinhos e a presença festejada, entre outros, do então governador do estado Joaquim Francisco, do prefeito do Recife Jarbas Vasconcelos e de Paulo Maluf, amigo de longa data da família. O casamento foi um fiasco, pois não duraria uma noite de verão, mas cumpriu seu papel diante dos holofotes da mídia e dos interesses políticos e de classe que estavam subjacentes. Ali estava presente o líder máximo do PMDB estadual, Jarbas Vasconcelos, e muitos líderes do PFL como Joaquim Francisco, Marco Maciel, Roberto Magalhães. Velhos antípodas que viriam a se tornar aliados. Nas palavras de Adilson Filho (2009, p.157-158):

A família Mendonça – mais do que os Galvão – recorre com mais afeição aos envolvimento com a chamada “alta sociedade pernambucana”, ou seja, com seu estrato social dominante, através de eventos e espaços exclusivos como baile municipal do Recife, Lyons Club, maçonaria, viagens ao exterior etc. Com frequência ganham visibilidade nas colunas sociais dos principais jornais e canais de televisão da região.

A partir da década de 1990, os Mendonça conquistaram mais projeção na política e a partir dela noutros espaços sociais. Um exemplo disso será sua eleição para presidência do Santa Cruz Futebol Club, um time cuja torcida é uma das mais fanáticas do país. Será com a ousadia e o pragmatismo de José Mendonça que sua família e seu grupo chegam aos postos mais elevados do poder político no Estado de Pernambuco. Este momento chegou sob o embalo de uma festa ocorrida no dia 05 de

dezembro de 1993, na Fazenda São José, localizada no município de São Bento do Uma. Este encontro articulado pelo deputado federal José Mendonça juntou velhos remanescentes do conservadorismo com figuras históricas da resistência democrática ao regime militar. Colou Jarbas no mesmo palanque de Marco Maciel, Roberto Magalhães e Inocêncio Oliveira, distanciando da frente popular, liderada por Miguel Arraes. De acordo com Adilson Filho (2009, p.142).

Desta aliança resultaria a eleição de Mendonça Filho por duas vezes consecutivas para o cargo de vice-governador do estado de Pernambuco e de sua indicação a candidato oficial da aliança PMDB, PFL e PSDB a governo do estado nas eleições de 2006. Até o dia 31 de dezembro de 2006, Mendonça Filho ocupou o cargo de governador de Pernambuco, em substituição a Jarbas Vasconcelos, que precisou renunciar ao cargo para se candidatar a uma vaga no senado. Na corrida ao Palácio das Princesas, Mendonça Filho seria derrotado por Eduardo Campos por uma diferença de um milhão e trezentos mil votos (...).

Como podemos perceber o referido clã foi a cada lance alargando as bases políticas e aumentando com isso seu cacife, até chegar ao governo de Pernambuco, mesmo que fosse por um curto período de tempo. Nesse período, o grupo atingiu o máximo de seu poder. Sua estratégia visava trabalhar em três frentes: desbancar o grupo Cintra Galvão na cidade de Belo Jardim, fortalecer a influência no espectro político estadual e eleger Mendonça Filho, o governador do Estado. Quase conseguiram se não fossem desbancados pela aliança Eduardo e Lula, via frente popular.

Mas eles precisam da legitimidade popular e, por isso investem nos elementos da tradição, do sagrado e do profano. Sua legitimidade passa pelo imaginário dos seus eleitores das camadas populares. Daí a invenção de festas, sua valorização e presença em bares, clubes, praças, restaurantes, jogos desportivos bem como a criação de times de futebol e de estádios, e de relações com jovens e religiosos. José Mendonça começou sua carreira política sempre ao lado de figuras religiosas importantes como Padre Zuzinha, liderança da cidade de Santa Cruz do Capibaribe e do Bispo Dom Mariano, da Diocese de Pesqueira - PE. Foi utilizando de tais dispositivos que tornarem-se durante certo tempo figuras destacadas no cenário político estadual. Depois da chegada de Lula/Dilma e Eduardo ao poder, as forças ligadas a Jarbas e a Marco Maciel sofreram um forte encolhimento, que afetou os Mendonça, mas que não representou ainda a morte do grupo. Ainda lhes restam dois deputados federais, alguns deputados estaduais, dezenas de vereadores, alguns prefeitos e uma razoável rede de amigos, correligionários, médicos, advogados, funcionários públicos, empresários, entre outros.

Já os Moura, a partir da década de 1990, tornar-se-iam os maiores produtores de baterias da América Latina. Seu sobrenome passaria a dar fama a um produto que articulou o local ao global, já que as baterias automobilísticas produzidas pelos operários(as) de Belo Jardim se espalharam por todo território nacional, parte da América Latina, Itália e Alemanha e Estados Unidos. As baterias também trouxeram fama, poder e fortuna para a família Moura.

Através de mudanças na gestão, na política de recursos humanos, investimentos em

tecnologia e qualificação da mão-de-obra as baterias fizeram a família Moura ser reconhecida e respeitada nacional e internacionalmente no setor. Os vários prêmios recebidos no Brasil e no exterior são legitimadores deste sucesso empresarial. Sua pujança levou-a a competir em pé de igualdade com a fábrica Heliar, uma multinacional norte-americana.

O crescimento e a consolidação no mercado nacional pelo Grupo Moura e, principalmente o fato de ter a matriz sediada em Belo Jardim e, logicamente, por gerar a maior quantidade de empregos industriais e de impostos para o município, fez com ela se tornasse uma espécie de emblema do progresso e da modernidade local. Os discursos de fora também ajudam a reforçar esta imagem ufanista. Numa reportagem feita pelo Jornalista Jomar Morais da Revista Exame, em 20 de outubro de 1999, a Moura foi colocada como uma espécie de “oásis” do “sertão”. Vejamo-la:

À véspera do ano 2000, Belo Jardim, cidade de 50.000 habitantes no sertão de Pernambuco, surpreende o visitante com uma cena que lembra tempos medievais. Ali, pode-se perceber a classe social de uma pessoa não apenas pela aparência da roupa ou do meio de transporte que esteja usando, mas, sobretudo, pelo tipo de vaso que utiliza num ritual que, três vezes por semana, reúne os moradores no lugar: a romaria aos caminhões-tanques que trazem água potável, líquido que a seca implacável há dez meses fez sumir das torneiras. Os mais pobres carregam baldes, latas e panelas. A classe média exhibe potes e barris de plástico. Esse drama poderia ser o único destaque de uma cidade incrustada numa das áreas mais áridas do Nordeste. Poderia. Mas Belo Jardim não surpreende apenas por seus problemas.

É de lá que sai um quarto de todas as baterias de automóveis produzidas no Brasil; os 2,5 milhões de unidades fabricados anualmente pela Bateria Moura, grupo que erigiu em Belo Jardim a maior indústria de acumuladores da América Latina.

Para construir a diferença e excepcionalidade do grupo Moura, a reportagem invoca uma série de imagens estereotipadas da região, tais como seca, pobreza, atraso econômico, social e cultural para demarcar a importância e o significado da empresa para a cidade e o país. Será, portanto, o talento, a determinação e a criatividade desta família os verdadeiros responsáveis por retirarem os belo-jardineses de um “cenário medieval” para inseri-los no tempo da modernidade, o tempo do progresso e do desenvolvimento social. Mas este tipo de reportagens fortalece, por sua vez, o espírito de demiurgos dos Moura em relação à cidade. Todas essas questões associadas e articuladas fornecem o cabedal para sua legitimação social.

Reproduzindo um discurso comum a burguesia brasileira, essa família procura dignificar seu êxito e o tamanho do patrimônio acumulado nos negócios a partir da valorização da capacidade individual dos seus membros para superar as dificuldades. Geralmente, tais histórias começam com uma figura visionária, que “sem lenço, nem documento, nada no bolso ou na mão”, venceram as intempéries da história e as hostilidades de uma natureza implacável. As falas a seguir de Dona Conceição e de Edson Moura (o Dr. Edson, “o visionário”), respectivamente, realçam bem tal argumento.

Por isso, é preciso olhar as páginas do passado para entender o sucesso da Moura. Mais

do que isso, é preciso compreender o sentimento de um homem que sonha e busca incansavelmente a realização dos seus ideais, esquecendo as dificuldades, ignorando barreiras [...] quem poderia imaginar que uma empresa do interior do Nordeste pudesse se colocar no podium nacional das melhores em sua área de atuação. (40 anos de energia. In. Notícias Moura – Ano 3 – agosto de 1997, Nº 25.).

A própria Moura é, em si mesma, um caso surpreendente. Surgiu do nada, há 42 anos, quando havia na cidade apenas um carro e não mais que 700.000 mil veículos rodavam no resto do país. Desde então, escreveu uma história na qual a mistura de criatividade e audácia, especialmente nos momentos de crise, tem garantido à empresa avanços num dos setores mais competitivos da economia. (Revista Exame, op. cit, p. 71)

Embora também resguardem certa coerência, tais discursos superdimensionam o papel do indivíduo em detrimento da classe social e das suas conexões políticas e institucionais que os envolvem. E mais do que isso: quando não ocultam a terríveis condições de trabalho e saúde dos operários e a própria poluição da natureza, procura naturalizá-los como decorrência inevitável do progresso. Ou seja, dando a entender que é preço que se paga pelos avanços conquistados por todos os cidadãos.

As histórias de sofrimentos dos operários e a defesa da Ditadura militar, a visão autoritária e as ambiguidades de Edson Moura são ofuscadas pelo brilho do visionário nacionalista e empreendedor. Mas ele mesmo reconhece num artigo intitulado “A Agonia Nacional”, publicado no Diário de Pernambuco, no dia 20 de julho de 2001, que “sem apoio político não

se teria avançado tanto”. E este apoio nunca foi dissimulado, embora o amigo de Marco Maciel e cunhado de José Mendonça, ambos do PFL, sabia usar da sua “excentricidade” para dar guinadas à esquerda quando lhe fosse interessante. Neste artigo e em vários pronunciamentos fizera duras críticas ao governo de Fernando Henrique e a candidatura de José Serra por achá-los demasiadamente contrários a soberania nacional e ao Nordeste. Nas eleições de 2002 e 2006 votou em Lula para presidente e, como efeito dos bons índices de crescimento econômico vividos durante o governo do petista, teceu vários elogios a ele antes do seu falecimento em 2009. Era uma figura ambivalente ou “excêntrica”, como gostava de se definir, pois quem poderia imaginar “um capitalista que tece loas ao bigodudo Josef Stálin, o sanguinário comunista, e um pefelista que trata de negócios sob uma foto emoldurada de Che Guevara? (Revista Exame, p.9) aproveitando-se dessa ‘excentricidade’ escreveu um artigo no Diário de Pernambuco intitulado “A Sudene é nossa”, o qual visava:

O apoio de todos os expoentes da política e da cultura pernambucana. Da direita à esquerda, passando por intelectuais como Michel Zaidan, Ariano Suassuna, Evaldo Cabral, pede-se o seu concurso “independente de suas convicções político-partidárias, para com uma Sudene fortalecida cantarmos com toda autenticidade a “Nova Roma de Bravos Guerreiros”. (Adilson Filho, 2000, p.192).

Seu pragmatismo e ambiguidade tornaram-lhe menos alinhado e fiel politicamente em nível nacional às teses do seu amigo e cunhado deputado José Mendonça Bezerra. Mas, no pla-

no municipal e estadual, eles foram como “carne e unha”, unidos como duas famílias num só corpo. E a morte comprova isso: José Mendonça foi enterrado no próprio túmulo de Edson Moura, selando simbolicamente a unidade dos interesses das duas famílias. Os dois líderes mesmo mortos continuariam juntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto focamos nosso olhar nas contradições e ambivalências da cultura política brasileira, tentando mostrar como o velho e os novo se tencionam e se justapõem em dados momentos da história do país. Todavia, o objetivo principal foi analisar as estratégias de algumas famílias tradicionais para continuarem influentes no espectro da política, uma vez que buscamos discutir como tais atores vêm interferindo na dinâmica das tramas políticas que envolvem tanto os municípios como os estados da federação, a partir da segunda metade do século XX, a despeito das suas transformações aceleradas.

Os casos das famílias Mendonça, Moura e Galvão são exemplos razoáveis desta presença inofismável da força da tradição na vida sociopolítica e econômica brasileira. Há meio século hegemonomizam as escolhas políticas dos cidadãos do município de Belo Jardim, localizado no agreste pernambucano, de tal forma que até o presente momento não houve nenhuma fissura na sua hegemonia, a não ser entre os próprios familiares. Mas a dominação política inscrita a partir dos referidos sobrenomes se mantém sólida. As poucas tentativas de romper a bipolarização, sustentada na oposição Mendonça-Moura *versus* Galvão, provocadas por

outras forças políticas (casos do PT, Deputado Luís de França, família Maciel) foram humilhadas nas urnas.

O que explica, a meu ver, a continuidade e força política e econômica destas famílias no poder, talvez seja o fato de terem aprendido a dialogar e a se apropriar simultaneamente dos signos do moderno e da tradição nos seus mais variados aspectos. Sendo assim, tais famílias, sem perder de vista os aspectos essenciais da tradição – o discurso sobre o sagrado, o profano, certas moralidades – investem nos novos avatares do discurso político moderno, além das alianças e conexões que passaram a fazer no sentido da ampliação dos seus vários tipos de capital.

A sua legitimidade cada vez mais prescinde desta capacidade de vestir e se revestir com as máscaras e os adornos de diferentes temporalidades. As famílias Mendonça, Moura e Galvão tanto a nível político quanto nos negócios aprenderam a jogar esse jogo, e operando com simbiose que conseguem fazerem-se influentes e, ainda decisivos num mundo repletos de intempéries.

Trabalho recebido em 10/10/2012

Aprovado para publicação em 22/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. *A cidade atravessada*. Velhos e novos cenários na política belo-jardinese. Recife: Comunigraf, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BERMAM, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras,

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1996.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*. Escritos de história e política. Belo horizonte: EDUFMG, 1997.

CHAVEU, J.; TÉTART, Phillipe. *Questões para o presente*. Bauru: EDUSC, 2000.

EINSENSTADT, N. S. Modernidades Múltiplas. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 35, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1995,

HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MARX, Karl, ENGERLS, F. *O manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 1978

MILLS, Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982,

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem Incompleta*. v. 1. São Paulo: Senac, 1999.